

SC6308

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia. P. O. Box 3243 Telephone: 5517 700 Fax: 5511299
Web site : [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

CONSELHO EXECUTIVO
VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA
23 – 27 De Janeiro de 2012
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/703 (XX)
Original : Inglês

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE O ESTABELECIMENTO DO
INSTITUTO AFRICANO DE REMESSAS (IAR)

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
<i>AIR</i>	Instituto Africano de Remessas
UA	União Africana
CUA	Comissão da União Africana
<i>BETF</i>	Fundo Fiduciário Gerido pelo Banco
DSA	Departamento de Assuntos Sociais
UE	União Europeia
GCC	Conselho de Cooperação do Golfo
<i>GPs</i>	Princípios Gerais dos Serviços de Remessas Internacionais
<i>IFAD</i>	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
OIM	Organização Internacional para as Migrações

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE O ESTABELECIMENTO DO INSTITUTO AFRICANO DE REMESSAS (IAR)

ANTECEDENTES

1. Remessas são definidas como pagamentos transfronteiriços de valores relativamente baixos de pessoa para pessoa, geralmente associadas aos trabalhadores imigrantes. As transferências de remessas existem há séculos, mas só ganharam a atenção internacional nas últimas duas décadas por causa da quantidade relativamente pequena de dinheiro enviado por cada transferência, e muitas vezes do estado social marginal do remetente e do receptor. Estima-se que existem cerca de 30 milhões de africanos que vivem fora dos seus países de origem, principalmente na Europa, na América do Norte e nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) da Península Arábica, com a maioria tendo emigrado nos últimos 50 anos. No entanto, há também um grande grupo de migrantes no continente que também enviam remessas de volta para casa.

2. Estima-se igualmente que esses imigrantes contribuem com cerca de 40 biliões \$EU em remessas para as suas famílias e comunidades de origem por ano, afectando cerca de 25 milhões de domicílios beneficiários, reduzindo significativamente a pobreza e estimulando o crescimento. Na verdade, cada vez mais, as remessas estão sendo reconhecidas pela sua contribuição para a saúde económica de África, bem como a sua importância vital para as famílias beneficiárias.

3. As remessas, se forem devidamente aproveitadas, terão efeitos significativos na aceleração do desenvolvimento socioeconómico do nosso continente. Ao contrário da ajuda ao desenvolvimento, as remessas são gastas directamente pelas famílias de imigrantes, tornando-se uma forma eficiente de aumentar o rendimento geral e o bem-estar dos pobres. Em outras palavras, as remessas são distribuídas para os indivíduos que têm um discernimento total para decidir como usá-las. A disponibilidade de fundos remetidos indirectamente ajuda comunidades inteiras dentro das nações em desenvolvimento, onde o dinheiro é gasto. Assim, as remessas ajudam a fomentar um sentimento de democracia financeira, porque ela representa um fluxo financeiro para aqueles no mundo em desenvolvimento que, doutro modo, não teriam a possibilidade de receber assistência, devido à sua localização ou a sua condição social.

4. O estabelecimento de um Instituto Africano de Remessas (AIR) facilitará a promoção de remessas para o Desenvolvimento Económico e Social.

5. A Declaração Conjunta África-UE sobre Migração e Desenvolvimento de Trípoli (Declaração de Trípoli), em 2006, reconheceu o benefício da migração para ambas UA-UE e enfatizou a necessidade de iniciar programas para facilitar a transferência de remessas, de forma mais rápidas e a custo reduzido, de modo a produzir o efeito de alavanca nas remessas para o desenvolvimento. O estabelecimento de um Instituto Africano de Remessas (AIR) foi concebido no âmbito da Parceria de Migração, Mobilidade e Emprego da UA-UE e foi incluído no Segundo Plano de Acção de 2011-

130 Plano de Acção foi aprovado pela Conferência da UA através da sua decisão ref. *Assembly/AU/Dec.354* (XVI).

6. O projecto da fase preparatória para a criação de um Instituto Africano de Remessas (AIR) foi lançado em 8 de Junho de 2010, com uma subvenção da Comissão Europeia (CE) de €1.676.271 milhões (equivalente a \$2,4 EU milhões) para o Banco Mundial, através de um acordo de subvenção assinado em Dezembro de 2009 pelo Fundo Fiduciário Gerido pelo Banco (BETF). A fase preparatória do projecto deve ser implementado pela CUA e pelo Banco Mundial, com a colaboração da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). O projecto irá terminar em Abril de 2012. Com menos de seis meses que faltam para o projecto, submete-se o relatório do progresso incluindo o roteiro à apreciação do Conselho Executivo para se obter mais orientações sobre este importante projecto.

A Fase Preparatória do Projecto AIR

7. A fase preparatória do projecto AIR é supervisionada por dois comités - o Comité Directivo e o Comité Técnico. O Comité Directivo, que providencia orientações gerais para o projecto é liderado pela Comissão da União Africana (CUA) e é composta pela Comissão Europeia, Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). O Comité Técnico, por seu turno, providencia um fórum de consulta sobre questões técnicas relacionadas com o projecto. O Banco Mundial preside este fórum e tem como membros a CUA, o BAD, a OIM e a CE. O Comité Técnico apresenta semestralmente o relatório sobre o estado de implementação do projecto ao Comité Directivo.

8. A fase preparatória do projecto, que é tanto consultiva como técnica, centra-se em consultas, pesquisas, capacitação e *interligação em rede*. A importância de consultas a serem levadas a cabo, por forma a preparar a decisão da União Africana (UA) para o estabelecimento de um AIR, é muito enfatizada no documento do projecto. Essas consultas devem ser realizadas juntamente com as contribuições da capacitação técnica a serem fornecidas pelo Banco Mundial. Assim, um pequeno secretariado está estabelecido na sede da CUA, em Adis Abeba, para apoiar e facilitar o processo de consulta no âmbito do projecto a ser desenvolvido pela CUA e para providenciar ao Comité Directivo o apoio técnico e administrativo.

Objectivos e Actividades do Projecto

9. Os objetivos principais do projeto são para:

- Facilitar o processo conducente à criação do AIR no seio da União Africana (CUA);
-
- Facilitar uma reflexão estruturada e aprofundada sobre todos os aspectos da eventual criação do AIR; e

- Desenvolver a capacidade dos Estados-Membros da União Africana, dos remetentes e destinatários e de outros intervenientes para alavancar as remessas.

10. As actividades do Projecto incluem:

- Prestar assistência técnica a instituições governamentais (Bancos Centrais, Ministérios, Instituições Financeira e Não-Financeiras) pôr em prática as estruturas reguladoras; necessárias.
- Realizar programas de formação e de capacitação para as organizações e instituições relevantes (ex. Departamentos de serviços nacionais de estatística);
- Estudar os fluxos de remessas dentro da África, incluindo o Norte de África;
- Realizar a política de pesquisa, de diálogo e de partilha informação sobre a forma como as remessas poderão contribuir para o desenvolvimento dos países africanos;
- Desenvolver plataformas de conteúdos e de tecnologias para pagamentos baseados no país e de sistemas de liquidação de remessas;
- Desenvolver parcerias entre os bancos centrais africanos e os provedores de serviços de remessa e agências correspondentes não-bancárias para melhorar o acesso financeiro;
- Divulgar dados e resultados da pesquisa; e
- Preparar relatórios anuais, conferências e reuniões dos decisores políticos

11. O Projecto terá resultados directos na:

- facilitação da criação do AIR;
- um número de Estados Membros da UA seleccionados recipientes de remessas, aprimorando o impacto de desenvolvimento de remessas através da aplicação de políticas adequadas;
- melhorar a divulgação de dados sobre as taxas de remessa em corredores principais e reduzindo os custos de transação de remessa num número de países seleccionados;

12. O Projecto fará contribuições indirectas para:

- (a) melhorar o acesso financeiro e de produtos/serviços bancários para os remetentes e destinatários;

- (b) regimes regulamentares que estabeleçam um equilíbrio entre a prevenção do abuso financeiro e facilitação do fluxo de remessas através de canais formais estabelecidos;
- (c) implementar o código de conduta voluntário para a entrega justa de valores das transferências; desenvolver novos regulamentos e instrumentos para a Diáspora (por exemplo, novas leis sobre a regulamentação bancária para fornecer instrumentos para a Diáspora, no estrangeiro, o acesso ao crédito, etc);
- (d) emissão de títulos da diáspora e securitização das remessas para o acesso ao crédito/empréstimos dos mercados financeiros globais (como no caso do Brasil); e
- (e) criação e acesso aos Fundos de Investimento baseados em remessas para os intervenientes; e outros

Implementação do Projecto

13. A implementação do projecto está em curso. A Comissão e os parceiros (Banco Mundial, BAD, CE e OIM) têm realizado estudos sobre as instituições financeiras e o fluxo de remessas para/e dentro da África, ofereceram assistência técnica (incluindo a formação e capacitação para as organizações relevantes - Bancos Centrais, Ministérios, Instituições financeiras e não-Financeiras) para um determinado número de Estados-membros, por forma a melhorar o seu quadro regulamentar e de mercado de remessas. Oito (8) países já beneficiaram directamente do projecto de criação de capacidades na área de remessas. O projecto testemunhou, especificamente, a implementação de uma série de actividades, incluindo:

- (a) O estabelecimento de Banco de Dados Africanos de Preço de Remessas para garantir a transparência no mercado. A recolha de dados sobre os custos das remessas para o *Send Money Africa* já começou com uma página temporária: <http://sendmoneyafrica.worldbank.org> em 30 de Junho de 2011.
- (b) Missões de avaliação realizadas para a Tanzânia e Malawi sobre o estado da implementação dos Princípios Gerais para os Serviços de Remessas Internacionais (GPs) - quadros legais e regulamentares e estrutura de Mercado;
- (c) Um programa de formação estabelecido para os Operadores Postais em Benim, Mali, Mauritânia, Burquina Faso, Níger e Senegal, por forma a proporcionar a proximidade em serviços de remessa. É bastante encorajador, que esses países tenham demonstrado um forte interesse na capacitação e que participado activamente na formação proporcionada pelo projecto.

- (d) Apresentação do Projecto AIR e sensibilização da diáspora na Reunião Técnica de Peritos Africanos na Diáspora em Pretória, África do Sul, de 21 a 22 de Fevereiro de 2011;
- (e) Uma consulta electrónica (a partir de 31 de Março de 2011 a 15 de Julho de 2011) de como as remessas são enviadas e usadas, os seus desafios, os custos e as diversas alternativas;
- (f) Um Fórum Consultivo e de partilha de experiências em Adis Abeba, nos dias 07 e 08 de Julho de 2011, debateu e trocou experiências sobre os quadros políticos e regulamentares do sector de remessas e apresentou recomendações que conduzirão a um plano de acção concreto e a um roteiro para a criação do AIR.

Actividades Remanescentes

14. Haverá três grandes áreas de foco entre Julho de 2011 e Abril de 2012, quando o projecto estiver a terminar: (a) recomendações emergentes do Fórum da Consulta da CUA a partir de 7- 8 de Julho de 2011; (b) réplica dos projectos-pilotos lançados em 2010 - 2011 e para os quais foram feitos compromissos financeiros; e (c) Actividades que estão incluídas na descrição do projecto, mas que nenhum trabalho foi iniciado.

15. Recomendações do Fórum Consultivo da CUA: Todas as actividades previstas estão em conformidade com a facilitação do estabelecimento de AIR pela CUA. Estão previstas as seguintes actividades:

- (i) Fazer o relatório final sobre o papel, a estrutura e as actividades institucionais do AIR.
- (ii) Debates *on-line*. A empresa de consultoria irá preparar um relatório final que será traduzido e distribuído aos Estados Membros da UA, antes da reunião ministerial da UA de Abril de 2012.
- (iii) Apoiar o Secretariado do AIR na preparação das reuniões do Comité Directivo e as Ministeriais de Março-Abril de 2012; e
- (iv) Outras recomendações que são exequíveis no apertado calendário disponível.

16. *Réplica de projectos-pilotos lançados em 2010-2011*: As seguintes actividades estão previstas:

- (i) Seminários de Operadores Postais da UPU: Melhorar a qualidade destes seminários com base nas reacções de Dacar, do projecto-piloto de Senegal, e ter uma implantação em todo o continente. Os seminários estão previstos provisoriamente para terem lugar em cinco (5) países adicionais ou seja, Gana, Libéria, Nigéria, Tanzânia e Uganda.
- (ii) As avaliações de risco para providenciar orientações aos operadores postais de como gerir o risco de oferecer serviços de remessa serão realizadas

- provisoriamente em cinco (5) países, nomeadamente, Gabão, Gana, Quênia, Libéria, e na Nigéria, em conjunto com UPU e com os operadores postais.
- (iii) A implementação dos GPs em África. Além dos projectos-pilotos na Tanzânia e no Malawi, o programa será expandido provisoriamente a cinco (5) países adicionais ou seja, Benim, Etiópia, Libéria, Moçambique e Sierra Leone.
 - (iv) Catalogar os estudos sobre as remessas. Este é um documento dinâmico e será actualizado no próximo ano. Ele será igualmente traduzido em três outras línguas oficiais da CUA (Francês, Árabe e Português).
 - (v) A marca "*Send Money África*" de ARPD já foi lançada. O plano é de actualizar mensalmente os dados, até ao fim do projecto em Junho de 2012.

17. *Actividades incluídas na descrição do projecto, mas sobre o qual nenhuma actividade foi ainda empreendida.* Estão previstas as seguintes actividades:

- (i) Prestar assistência técnica a instituições do governo no estabelecimento dos quadros regulamentares necessárias.
- (ii) Realizar pesquisas de política, diálogo e a partilha de informação sobre a forma como as remessas poderão contribuir para o desenvolvimento dos países africanos.
- (iii) Desenvolver parcerias entre os Bancos Centrais Africanos e provedores de serviços de remessa e de agências correspondentes não-bancárias, com vista a melhorar o acesso às finanças.
- (iv) Divulgar dados e resultados de pesquisas

Anexos

- (a) O relatório detalhado sobre a implementação do projecto (Junho de 2010 - Junho de 2011) é apresentado no Anexo I.

SC6308

EX.CL/703 (XX)
Anexo
Original:Inglês

**Relatório Detalhado/Pormenorizado do 1o Ano do Instituto
Africano de Remessas (IAR)**

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AABC	Associação Africana de Bancos Centrais
FAID	Fundo Africano de Investimento da Diáspora
PAD	Programa Africano para a Diáspora
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
RA	Região África (Vice-presidência do Banco Mundial)
DDSPF	Departamento para o Desenvolvimento do Sector Privado e das Finanças da Região África
IAR	Instituto Africano de Remessas
BAPR	Base de Dados Africana para os Preços das Remessas
IAR	Instituto Africano de Remessas
UA	União Africana
CUA	Comissão da União Africana
CIDO	Direcção dos Cidadãos e Diáspora
CSPL	Comité de Sistemas de Pagamento e Liquidação
DEC	Economia de Desenvolvimento (Vice Presidência do Banco Mundial)
CE	Comissão Europeia
UE	União Europeia
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
FRA	Futuro das Remessas Africanas
PGs	Princípios Gerais dos Serviços Internacionais de Remessas
FAN	Fórum de Alto Nível
SIF	Sociedade Internacional de Finanças
SFI	Sistema Financeiro Internacional
FDI	Fundo para o Desenvolvimento das Instituições
OIM	Organização Internacional das Migrações
FJDS	Fundo Japonês de Desenvolvimento Social
MdE	Memorando de Entendimento
UMR	Unidade de Migração e Remessas
AOD	Assistencia Oficial ao Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
AP	Acção Privada
GDSP	Grupo de Desenvolvimento dos Sistemas de Pagamento
CERs	Comunidades Económicas Regionais
PSR	Provedores de Serviços de Remessas
CET	Chefe da Equipa de Trabalho
UPU	União Postal Universal
BM	Banco Mundial

ÍNDICE

Nº de Páginas

Sumário.....		4
A.	Antecedentes e Contexto	5
	Lançamento do Projecto.....	5-6
	Relações de trabalho com parceiros.....	6-9
	Aproveitar as competências das Unidades do Banco Mundial.....	9
B.	Progressos ao nível de objectivos	9
	Objectivo 1: Facilitar o estabelecimento da AIR na CUA.....	9-10
	Objectivo 2: Reforçar as capacidades dos remetentes e destinatários de remessas dos Estados-membros da União Africana para alavancar as remessas.....	10-11
C.	Progressos ao nível de actividades	11
	Actividade 1: Prestar assistência técnica às instituições do governo na criação dos necessários quadros reguladores.....	11
	Actividade 2: Realizar programas de formação e de reforço de capacidades das principais Instituições e organizações.....	12-13
	Actividade 3: Estudar os fluxos de remessas em África.....	13-15
	Actividade 4: Realizar investigação política, diálogo e troca informações sobre a contribuição das remessas para o desenvolvimento dos países Africanos.....	15
	Actividade 5: Desenvolvimento de plataformas de conteúdo e de tecnologia para os sistemas de pagamento e liquidação das remessas nos países.....	15-16
	Actividade 6: Desenvolvimento de parcerias entre os Bancos da África Central, os provedores de serviços de remessas e agências de correspondentes não-bancários para melhorar o acesso financeiro.....	16
	Actividade 7: Disseminar dados e resultados de investigação	16-17
	Actividade 8: Criação de um Fundo de Investimento com base em Remessas.....	17-18
	Actividade 9: Preparação de relatórios anuais, conferências e reuniões de políticos.....	18-19
	Actividade 10: Gestão de projectos.....	19
D.	Progressos a nível de resultados	19
	Resultados directos	19-20
	Contribuições indirectas ao Projecto	20-21
	E. Progressos na execução do Fundo Especial	21
	F. Áreas prioritárias na conclusão do projecto: Abril de 2012	21-22
	G. Considerações depois da conclusão do projecto	22-23

Sumário

i. O projecto do Instituto Africano de Remessas (IAR) registou um desempenho e tendências positivas aos níveis de objectivos, actividades e resultados. Nos últimos 12 meses, foi particularmente bem sucedido no estabelecimento das bases para o sucesso no futuro. Contudo, convém notar que as actividades do actual projecto começaram tarde por causa da prioridade dada ao estabelecimento de sólidas parcerias de trabalho entre a Comissão da União Africana (CUA), o Banco Mundial (BM), a Comissão Europeia (CE), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Organização Internacional das Migrações (OIM).

ii O projecto está a fazer progressos consideráveis em cada um dos seus dois objectivos de desenvolvimento de projectos. No caso do primeiro objectivo, i.e. a facilitação do estabelecimento das bases para o Instituto Africano de Remessas (IAR) na CUA, foi concluído um relatório preliminar sobre a estrutura organizacional do IAR e submetido para debate ao Fórum Consultivo organizado pela CUA em Adis Abeba, Etiópia, em Julho de 2011 e que será apresentado aos Ministros da União Africana para aprovação em Março-Abril de 2012. Para o segundo objectivo do projecto, i.e. o reforço das capacidades dos Estados-membros da União Africana, dos remetentes e beneficiários de remessas e outros intervenientes para capitalizar remessas para o desenvolvimento, prevê-se que cerca de 65% da meta do indicador foi alcançada depois de um ano de implementação (parágrafo 26).

iii. Relativamente às actividades do projecto, incidiu-se principalmente na assistência técnica aos Estados-membros estabelecendo projectos piloto que podem ser replicados ao nível continental. A criação de uma Base de Dados Africana para os Preços das Remessas, duas missões de avaliação sobre o mercado de remessas à Tanzânia e ao Malawi, e a formação de operadores postais no Benin, Mali, Mauritânia, Burkina Faso, Niger, Senegal e Gabão são alguns dos projectos piloto que já foram implementados. O projecto também preparou uma lista de estudos e actividades na área de remessas, e um relatório sobre as melhores práticas dos institutos de remessas criados em todo o mundo. Há ainda algumas actividades de projectos que não foram iniciadas.

A. Antecedentes e Contexto

1. Nos últimos anos, os países, os doadores bilaterais e multilaterais e organizações internacionais deram importância ao crescimento, tamanho/montantes e capitalização de remessas para o desenvolvimento em África. A criação de um Instituto Africano de Remessas (IAR) pela Comissão da União Africana (CUA) é o primeiro do género no mundo.

2. Apesar de histórias de sucesso e de ensinamentos aprendidos com a América Latina e a Ásia, houve apenas algumas iniciativas de pequena escala em África que visam melhorar o impacto das remessas para o desenvolvimento. A Declaração Conjunta África-União Europeia sobre a Migração e o Desenvolvimento e o Quadro de Políticas de Migração para África, anotaram a importância das remessas no impacto positivo no desenvolvimento económico e social. O Plano de Acção da Cimeira de Lisboa de 2007 e a Parceria África-UE apelaram a “mais medidas para a facilitação de remessas mais seguras, rápidas e baratas, nomeadamente para investimentos e para garantir a disponibilidade de dados suficientes, investigação e competências aos Governos para promoverem soluções inovadoras para a transferência de dinheiro”. Com base nestas declarações internacionais e prioridades africanas, a CUA, em colaboração com a Comissão Europeia e o Banco Mundial, tomou a decisão de criar o IAR na CUA.

Lançamento do Projecto

3. No quadro da parceria África-UE sobre Migração, Mobilidade e Emprego (MME), a CE comprometeu-se a conceder até 2 milhões de euros ao projecto IAR e que foram disponibilizados através de um "Concurso". Em Janeiro de 2008, a CE escreveu ao Presidente da CUA e ao Presidente do Banco Mundial convidando esta instituição a submeter uma proposta para a criação do IAR. Efectivamente, em Julho de 2008, a Região Africana, com contribuições do Grupo de Desenvolvimento Económico e da Organização Internacional das Migrações (OIM), apresentou uma proposta final de financiamento à CE. Em Outubro de 2008, a proposta foi aceite e a CE concedeu ao Banco Mundial o montante de 1.676.271,00 para o projecto.

4. Em Dezembro de 2009, foi assinado um Acordo Administrativo de Fundo Especial administrado por Bancos. Devido a atrasos administrativos e outros, o projecto foi lançado em Junho de 2010. No quadro do lançamento do projecto, foram criadas 2 comissões que realizaram as suas primeiras reuniões nos meses a seguir ao actual lançamento do Projecto:

- (a) Foi criado um Comité Director presidido pela CUA, com representantes do Banco Mundial, CE, Banco Africano de Desenvolvimento e OIM, que se reuniu pela primeira vez em Junho de 2010. O seu papel é dar orientações estratégicas gerais ao Projecto e facilitar a criação do IAR; e
- (b) Foi criada uma Comissão Técnica presidida pelo Banco Mundial, com representantes da CUA, CE, BAD e OIM, que realizou a sua primeira

reunião em Outubro de 2010 e o seu papel é proporcionar um fórum de consulta sobre questões técnicas relacionadas com o Projecto.

5. Foi igualmente criado um Secretariado Provisório para a implementação do projecto de preparação do IAR, sediado na CUA. O Secretariado provisório ainda não foi totalmente constituído.

6. O nome original do instituto proposto foi Instituto de Remessas Africanas (IRA) mas foi emendado a pedido da CUA e aceite pela CE e pelo Banco Mundial para o seu nome actual Instituto Africano de Remessas(IAR).

Relações de Trabalho com Parceiros

7. O projecto deu especial atenção à partilha de conhecimentos e ao estabelecimento de parcerias entre os parceiros de desenvolvimento, CUA, BM, CE, BAD e OIM, bem como com os principais beneficiários, os Estados-membros da CUA e os remetentes e destinatários de remessas. A situação do quadro de parcerias do projecto está descrita a seguir.

8. **Comissão da União Africana (CUA) e Banco Mundial (BM):** A parceria CUA/BM é importante para a realização do primeiro objectivo de desenvolvimento do projecto. Durante os primeiros meses depois da assinatura do Acordo Administrativo, a CUA e o Banco Mundial trabalharam juntos para definir papéis e responsabilidades e assegurar a total apropriação do projecto pela CUA. Actualmente, as relações e a colaboração entre as duas instituições é excelente e é definitiva na implementação das actividades do projecto relacionadas com o seu primeiro objectivo.

9. A CUA e o Banco Mundial estabeleceram uma parceria sobre a Diáspora Africana muito antes do lançamento do projecto IAR. Este projecto não é considerado pelos dois parceiros como um projecto isolado mas fazendo parte de um quadro de cooperação mais global entre o Banco Mundial e a CUA sobre a Diáspora e as remessas. Em 2008, a UA e o Banco Mundial comprometeram-se a aprofundar a sua colaboração e cooperação em várias áreas através da assinatura de um Memorando de Entendimento. Uma das cinco áreas prioritárias identificadas para colaboração são as relações com a Diáspora Africana. Uma vez que a Diáspora e as remessas são duas faces da mesma moeda, o Programa da Unidade da Diáspora Africana foi seleccionado pela Região África do Banco Mundial para liderar a gestão do Fundo Especial administrado pelo Banco para o projecto, coordenar as contribuições do Banco Mundial para a implementação do projecto e colaborar com a CE, a CUA, o BAD e a OIM nesta iniciativa.

10. Nos últimos 12 meses, o Banco Mundial realizou 3 visitas à CUA, em Adis Abeba, para debates individuais. Em Janeiro de 2011, o Chefe da Equipa de Trabalho do Banco Mundial visitou Adis Abeba para debater a implementação de actividades específicas que foram acordadas durante a reunião da Comissão Técnica em Novembro de 2010 e que incluem, entre outros, o debate em linha da CUA com os parceiros sobre a criação do IAR, o calendário e o conteúdo dos Seminários de Consulta/Técnicos e uma proposta para um Fórum de alto nível

sobre “ Capitalizar as Remessas para o Desenvolvimento” que deveria ser realizado nas Maurícias em Março de 2011. Este Fórum foi adiado e será realizado em Outubro de 2011 para abordar 3 áreas-chave relacionadas com o projecto: a proposta do Fundo Africano de Investimento da Diáspora (FAID); ganho de cérebros, a utilização de tecnologias virtuais pela Diáspora e a importância dos regimes circulares de migração.

11. A equipa trabalhou igualmente para apoiar e facilitar o Fórum da CUA sobre Consultas e Partilha de Conhecimentos, que se realizou em Adis Abeba de 7 a 8 de Julho de 2011. Inicialmente, a CUA previu uma série de consultas sub-regionais, mas durante a reunião de Janeiro de 2011 com o Banco Mundial, foi decidido realizar apenas uma consulta ao nível continental.

12. A criação do Secretariado Provisório na CUA é facilitar a implementação do projecto de preparação do IAR que é outro grande ponto de ligação entre os parceiros. O grupo de trabalho do Banco Mundial vai trabalhar em estreita colaboração com o Secretariado na facilitação do processo que visa a criação do IAR (Objectivo de Desenvolvimento 1). Em Janeiro de 2011, o Director dos Assuntos Sociais da CUA confirmou que esta tinha anunciado vagas para 3 postos, i.e. Chefe do Secretariado, Economista e Assistente Administrativo. O Assistente Administrativo já foi contratado mas a selecção dos outros postos ainda não foi concluída.

13. **Comissão Europeia (CE):** este projecto reforçou as relações entre a CE e o Banco Mundial sobre o tema da Diáspora Africana, as migrações e as remessas. No ano passado, a CE e o Banco Mundial decidiram emendar o Acordo Administrativo e celebraram um “acordo de cavalheiros”. O nome do projecto foi formalmente emendado de projecto de Instituto de Remessas Africanas (IRA) para projecto de Instituto Africano de Remessas (IAR) através de uma troca de correspondência entre o Banco Mundial e a CE a 22 de Dezembro de 2010, e a 11 de Fevereiro de 2011.

14. Foi celebrado um “Acordo de Cavalheiros” entre a CE e o Banco Mundial sobre os resultados directos e as contribuições indirectas, que podem ser atribuídas ao projecto, através de uma troca de correspondência datada de 3 e de 31 de Março de 2011. Quanto a este acordo, há 3 resultados directos e cinco indirectos que podem ser atribuídos ao projecto. Os resultados directos são:

- (i) O IAR será criado. O Banco Mundial facilitará o processo.
- (ii) Um número seleccionado de Governos dos Estados-membros da UA nos países que recebem remessas avaliarão o impacto de desenvolvimento de remessas através da aplicação de políticas adequadas.
- (iii) A disseminação de dados sobre as comissões de remessas nos principais corredores melhorará; e os custos de transacção de remessas serão reduzidos num número seleccionado de Estados-membros da UA.

15. As contribuições indirectas serão:

- i) A melhoria do acesso financeiro e dos produtos/serviços bancários para os remetentes e beneficiários de remessas;
- ii) Serão criados regimes de regulação que estabeleçam um equilíbrio entre a prevenção do abuso financeiro e a facilitação do fluxo de remessas através de canais formais;
- iii) Será implementado um código de conduta voluntário para o envio de transferências a um valor justo;
- iv) Emissão de obrigações da diáspora e de remessas titularizadas para acesso a crédito/empréstimos nos mercados financeiros globais;
- v) Criação do Fundo de Investimento com base em remessas e seu acesso por parte dos intervenientes, entre outros.

16. Do lado operacional, as relações com a CE foram excelentes e baseadas num compromisso constructivo entre o CET, a sede em Bruxelas e o representante da CE junto da CUA. Há consultas regulares e actualização de informações entre o CET e a CE através de chamadas de conferências e e-mails.

17. **Organização Internacional das Migrações (OIM):** A OIM deu contribuições para a proposta inicial submetida à CE e, desde então, tem sido um parceiro firme do projecto. Houve alguma confusão sobre os respectivos papéis e responsabilidades de cada parceiro na implementação do projecto, nomeadamente os custos que podiam ser financiados no quadro do projecto. Em Março de 2011, houve uma troca de correspondência entre o Banco Mundial e a OIM sobre uma proposta da OIM de implementar algumas actividades de projectos tais como debates em linha e seminários na Europa sobre remessas. As responsabilidades da OIM no quadro do projecto foram esclarecidas e realçadas quais as despesas propostas elegíveis no quadro do Acordo Administrativo assinado entre o Banco e a CE. Esta questão gerou alguma tensão entre os parceiros do projecto, mas foi eventualmente resolvida depois de uma série de reuniões. Foram realizadas discussões individuais com o representante da OIM em Adis Abeba, com o Conselheiro Sénior da OIM em Genebra e, finalmente, em Washington DC com o Especialista da OIM para a Migração no Trabalho e no Desenvolvimento. Em todas as reuniões, o Banco Mundial reiterou a sua vontade de financiar despesas elegíveis para melhorar o envolvimento da OIM no projecto. Foi sublinhado que, se a OIM precisar de consultores a curto prazo para actividades específicas relacionadas com projectos, o Banco Mundial certamente concederá financiamento para a sua contratação no quadro do Fundo Especial administrado pelo Banco Mundial.

18. **Banco Africano de Desenvolvimento (BAD):** as relações com o BAD foram boas durante o primeiro ano de execução do projecto. A colaboração sobre actividades específicas de assistência técnica podia ser reforçada desde que o BAD lançou o seu Mecanismo de Financiamento para a Migração e o Desenvolvimento, que inclui vários projectos centrados em remessas. Os acontecimentos na Tunísia, no início deste ano, claramente limitaram o nível de colaboração prática. Por exemplo, uma missão do grupo do Banco Mundial planeou mas cancelou uma visita a Tunes em Janeiro de 2011, com o objectivo de seguir as acções que foram decididas durante as reuniões dos Comitês Técnico e Director, em Novembro e Dezembro de 2010. Mais especificamente, o debate deveria incidir numa proposta

de um Seminário de dois dias sobre a Partilha de Informações e as Melhores Práticas Globais destinado aos funcionários e outros intervenientes dos governos africanos, sobre a monitorização e a gestão de remessas.

Explorar as Competências das Unidades do Banco Mundial

19. O Banco Mundial tem muitas competências que estão nas várias Unidades, Departamentos e Vice Presidências. Por exemplo, a investigação sobre remessas está na Unidade de Migração e Remessas da Vice-Presidência da Economia para o Desenvolvimento (DEC). O conhecimento sobre a recolha de dados está no Grupo de Desenvolvimento de Dados no DEC. Os conhecimentos globais sobre assistência técnica sobre infra-estruturas de mercados, quadro legal e de regulação e concorrência estão no Grupo de Desenvolvimento de Sistemas de Pagamento (GDSP), na Vice-presidência de Finanças e Desenvolvimento do Sector Privado (FDP). Esta competência global é traduzida a nível regional pelo Departamento de Finanças e Desenvolvimento do Sector Privado (DFDSP) na Região Africana (AFR). Estas unidades colaboram no Grupo de Trabalho Global sobre Remessas e em várias iniciativas relacionadas com remessas. O grupo de trabalho passou o último ano a trabalhar essencialmente com a UMR, GDSP, e DDESP, e a coordenar as contribuições destas unidades à intenção do projecto. Os contactos com o Grupo de Desenvolvimento de Dados ainda não foram estabelecidos, mas fará parte de uma futura colaboração sobre a recolha de dados.

20. A UMR produziu os relatórios principais - “Capitalizar a Migração para África”, “A Diáspora para o Desenvolvimento de África” e “Mercados de Remessas em África”. Embora não tenham sido financiados pelo Fundo Especial, são muito importantes para o projecto. A UMR também deu apoio ao conjunto de estudos sobre remessas do relatório sobre África e participou na sessão de debate em linha sobre as remessas, realizado pelo Banco Mundial a 1 de Junho de 2011.

21. A AFTFP colaborou na preparação do conjunto de estudos de remessas no relatório de África. O grupo de trabalho também procurou formas de colaborar e integrar o trabalho sobre o Futuro das Remessas Africanas do AFTFP no projecto. Estes debates continuam, especialmente porque estão relacionados com o trabalho das remessas nos Estados-membros da UA.

22. Foi estabelecida uma parceria de colaboração com o PSDG, que está a apoiar, com os seus conhecimentos técnicos, 3 actividades do projecto, i.e. a Base de Dados Africana sobre os Preços das Remessas (BPRA), a implementação dos Princípios Gerais dos Serviços Internacionais de Remessas (PGs) em África, bem como a formação de Operadores Postais através da União Postal Universal (UPU) para aumentar a provisão dos serviços de remessas nas comunidades de baixos rendimentos em África.

B. Progressos a nível de Objectivos

23. **Objectivo 1: Facilitar a criação do IAR na CUA.** O indicador é que a estrutura organizacional seja aprovada pela UA. A ideia subjacente é que a UA e os seus Estados-membros tenham vontade política para criar a AIR. A criação de uma

nova instituição não é tarefa fácil e requer apropriação dos principais intervenientes. Por conseguinte, a abordagem decidida para a realização deste objectivo é : (a) a CUA será responsável pelas consultas relativas aos projectos com uma série de intervenientes incluindo Estados-membros, remetentes e destinatários de remessas, operadores de transferência de dinheiro, bancos, sector privado etc., antes de criação do Instituto; e (b) o Banco Mundial dará apoio e facilitará a CUA na implementação das actividades acordadas.

24. Foram realizadas as 3 actividades específicas seguintes para alcançar este objectivo:

Actividade 1: Consultas em linha. Tanto a CUA como o Banco Mundial (através de um contracto com uma firma local de comunicação social) realizaram consultas em linha e debates com profissionais da área do desenvolvimento, e com o público em geral (remetentes e destinatários de remessas) que utilizam os meios de comunicação social. Estas consultas tinham como objectivo reunir opiniões sobre a criação, estrutura e funções do Instituto.

Actividade 2: Estudo sobre as Melhores Práticas: o Banco Mundial contractou um perito internacional de remessas e desenvolvimento para preparar um relatório sobre sobre as melhores práticas e apresentar sugestões sobre o possível papel, o quadro institucional e as actividades do IAR depois da sua criação. O estudo foi realizado sob a supervisão conjunta da CUA e do Banco Mundial. Este relatório do estudo serviu de base para o debate do Fórum de Adis Abeba, realizado de 7 a 8 de Julho de 2011, e será actualizado com base nas reacções recebidas durante o Fórum.

Actividade 3: Fórum de Adis Abeba: a CUA organizou um Fórum Consultivo e de Partilha de Experiências sobre a Capitalização de Remessas para o Desenvolvimento, a 7 e 8 de Julho (Fórum de Adis Abeba) com representação de 27 Estados-membros da UA e outros parceiros. O relatório final do Fórum incluirá as recomendações sobre uma proposta de quadro institucional e de actividades do IAR, e será submetido à aprovação da Reunião Ministerial da UA a ter lugar em Março-Abril de 2012.

25. A apropriação do projecto pela CUA augura muito sucesso na realização deste objectivo. Foi criada uma Equipa Inter-departamental de Projectos para servir como Secretariado provisório e dar orientações ao projecto dentro da CUA. Esta equipa é composta por membros dos Departamentos de Assuntos Económicos, Infra-estruturas, CIDO, Planificação Estratégica, Informação e Comunicação, com o dos Assuntos Sociais como chefe de fila. Estes Departamentos estão a colaborar na criação do IAR na CUA.

26. **Objectivo 2: Reforçar a capacidade dos Estados-membros da UA, dos remetentes e destinatários de remessas e outros intervenientes para alavancar as remessas.** O indicador-chave é que doze Estados-membros da UA tenham desenvolvido as suas capacidades e estejam a melhorar os seus mercados nacionais de remessas. O projecto dá especial atenção ao reforço de capacidades,

em conformidade com o seminário de alto nível do Instituto Conjunto de África, realizado na Cidade do Cabo em 2008 e em que representantes de 20 países africanos manifestaram interesse no reforço de capacidades nacionais para desenvolver e implementar estratégias concretas e instrumentos operacionais de utilização das remessas como instrumento de desenvolvimento para a redução da pobreza.

27. Sobre este objectivo específico, o grupo de trabalho implementou uma série de actividades, incluindo a criação da BPRA para promover a transparência no mercado; missões de avaliação à Tanzânia e ao Malawi sobre o estado de implementação dos PGs (quadros legais e reguladores e estruturas de mercado); e um programa de formação criado para Operadores Postais no Benim, Mali, Mauritânia, Burkina Faso, Níger e Senegal para fornecer serviços de remessas de proximidade. Oito (8) países já beneficiaram directamente do projecto para reforçar as suas capacidades na área de remessas. Comparado com este indicador de 12 países, depois de um ano de verdadeiro trabalho, o projecto já alcançou 65% do seu objectivo.

28. Contudo, é preciso ter cautela. Durante a fase de implementação, é fundamental que os principais beneficiários e intervenientes do projecto compreendam a importância das actividades do projecto e forneçam todas as informações possíveis. Ainda que as autoridades tenham sido úteis e tenham colaborado com os peritos dos projectos, os governos que receberam assistência técnica para analisar o seu mercado de remessas não fizeram as suas avaliações. Esta é uma questão que tem de ser tratada. Deve ser criado um mecanismo que envolva os Bancos Centrais a fim de aumentar o interesse e a provisão das autoridades financeiras de participação, dos Bancos Centrais e dos Ministros das Finanças. Do lado positivo, os seis países da África Ocidental envolvidos na formação de Operadores Postais demonstraram grande interesse no reforço de capacidades e todos participaram na formação organizada pelo projecto.

29. A equipa de trabalho abordará a questão da cooperação das autoridades financeiras construindo mecanismos de colaboração com instituições que exercem uma grande persuasão moral com os Bancos Centrais, como a Associação Africana de Bancos Centrais (AABC).

C. Progressos ao Nível de Actividades

30. **Actividade 1: Conceder assistência técnica a instituições governamentais (Bancos Centrais, Ministérios, Instituições Financeiras e não-Financeiras) sobre a criação dos necessários quadros reguladores:** *Não se registou nenhuma actividade concreta do projecto.* Contudo, a avaliação dos PGs na Tanzânia e no Malawi tem uma forte componente no quadro legal e regulador de remessas. O relatório confidencial apresenta recomendações de curto, médio e longo prazo para as diferentes autoridades que regulam ou supervisionam o mercado. Estas recomendações, se implementadas, melhorarão os quadros reguladores gerais. Como seguimento da missão, a equipa propôs assistência técnica a ambos os países na revisão do actual projecto de lei na área de Sistemas de Pagamento e Remessas.

31. **Actividade 2: Realização de programas de formação e de reforço de capacidades das relevantes instituições e organizações:** a principal actividade realizada é a formação dos Operadores Postais no Benim, Mali, Mauritânia, Burkina Faso, Níger, e Senegal. Os Operadores Postais foram, durante muito tempo, considerados como um elemento-chave na criação de mercados de remessas eficientes porque normalmente têm presença em áreas que as agências bancárias não alcançam, e capacidades operacionais que estão bem alinhadas com serviços de transferência de dinheiro. Podem desempenhar um papel importante em tornar os mercados de remessas mais competitivos e, assim, reduzir preços, especialmente nos mercados de preços comparativamente elevados em África.

32. Os Operadores Postais na África Ocidental manifestaram interesse em participar no Serviço de Remessas do Sistema Financeiro Internacional da UPU, mas têm falta de experiência e de recursos para estabelecer o necessário quadro técnico, legal e operacional. A UPU não tem recursos para formar os Operadores Postais Africanos e, por isso, pediu assistência técnica do projecto e dos peritos associados ao Banco Mundial. Para muitos operadores postais os serviços de remessas são um serviço completamente novo. A oferta de serviços de transferência de dinheiro é um negócio com operações exigentes e com potenciais riscos uma vez que as transferências são processadas em tempo real e pagas em dinheiro e, assim, há poucas oportunidades de recurso. As infra-estruturas técnicas de serviços de remessas, incluindo os procedimentos de conformidade e de gestão de riscos, devem ser melhoradas e o pessoal formado, quando necessário. Os operadores postais também devem desenvolver um programa de comercialização para promover os serviços de remessas e outros, em particular as poupanças e outros produtos do sector de depósitos.

33. Até 30 de Junho de 2011, foram realizados dois seminários em Dakar, Senegal. O Seminário sobre Operações de Remessas e o Seminário sobre a Inclusão Financeira foram realizados em colaboração com a UPU e os Correios do Benim, Mali, Mauritânia, Burkina Faso, Níger, Senegal e Gabão¹. Os eventos contaram com um total de 22 participantes e visaram apoiar os operadores postais da África Ocidental na melhoria e expansão das suas actividades de remessas e na introdução de novos serviços financeiros de valor acrescentado para os migrantes e suas famílias. Os principais resultados destes seminários estão resumidos no seguinte:

(i) *Seminário sobre Operações de Remessas:* a fim de melhorar as operações do serviço de Remessas Postais do “Mandat Express International” (MEI) na sub-região, será criada uma unidade regional para coordenar as operações. A comunicação entre os operadores parceiros também deve ser melhorada com uma definição mais clara dos papéis e contactos.

¹ Sendo o Gabão um contribuinte muito importante para o desenvolvimento do serviço nos seis países em questão, a sua presença foi muito relevante devido à sua experiência no lançamento bem sucedido e na provisão do serviço postal de remessas - MEI – “Mandat Express International”.

(ii) *Seminário de Inclusão Financeira*: Devem ser realizados esforços de promoção dos serviços do MEI para aumentar o reconhecimento da marca. A afectação de mais recursos financeiros e a concepção de campanhas regionais conjuntas apoiarão esses esforços. A venda transversal foi reconhecida como sendo uma boa solução para aumentar a base de clientes e ganhar a sua fidelidade. Contudo, os operadores não se sentem apetrechados para conceber esses produtos, e manifestaram a necessidade de ajuda das instituições de apoio para a concepção dos produtos, alargar a educação financeira aos clientes e promover a inclusão financeira dos pobres das zonas rurais.

34. Estes seminários tiveram sucesso, não somente na formação de correios de países identificados mas também como um teste piloto para melhorar a metodologia de formação para o lançamento destas formações noutras regiões, nomeadamente a África Oriental e a África Ocidental Anglófona. Prevê-se que a actividade da UPU permita aos Operadores Postais entrarem no mercado de remessas e prestarem esses serviços nas áreas rurais onde dantes não estavam disponíveis. Isto tornaria o recebimento de remessas mais eficiente e barato para os beneficiários, poupando-lhes tempo e dinheiro nas viagens para a cidade mais próxima, onde os pagamentos das remessas não seriam disponíveis de outra forma. Os Operadores Postais querem, onde forem capazes legalmente de o fazer, de oferecer igualmente serviços financeiros adicionais como as contas de poupanças, que introduzem os pobres e as famílias rurais nos serviços financeiros e oferecem-lhes a capacidade de começar a planificação financeira e trabalhar para o aumento da segurança social.

35. **Actividade 3: Estudar os fluxos de remessas em África**: no quadro do projecto, o Banco Mundial está a realizar duas actividades nesta área: lançamento da base de dados "Send Money Africa" e conclusão de um conjunto de estudos sobre as remessas levado a cabo pelo Banco e outros intervenientes.

36. **Sub-Actividade 1: Base de Dados Africana sobre o Preço das Remessas**: O objectivo da criação da base de dados é aumentar a transparência no mercado de remessas e disponibilizar aos migrantes informações completas e credíveis sobre todas as componentes da transacção de remessas. A transparência no mercado é importante para os consumidores poderem tomar decisões fundamentadas quanto aos serviços que devem utilizar e para os mercados de remessas se tornarem mais eficientes. Os dois factores mais importantes que influenciam o custo das remessas são: (a) as comissões cobradas em qualquer fase da transacção, e (b) a taxa de câmbio utilizada para converter a moeda local na moeda do país de destino. Embora estes elementos da transacção devam estar disponíveis aos consumidores, muitas vezes não estão e são difíceis de calcular pelos mesmos (remetentes e destinatários de remessas) devido ao baixo nível de transparência da informação prestada pelos Provedores de Serviços de Remessas. Além disso, a base de dados também aumenta o nível de concorrência entre os operadores do mercado, como mostra a contínua diminuição dos custos induzida por outras bases de dados nacionais e regionais.

37. Um dos meios mais eficientes de melhorar a transparência do mercado de remessas é a criação de bases de dados disponíveis ao público contendo informação detalhada sobre o custo das operações de remessas com corredores especiais. Os quadros de comparação de preços permitem aos remetentes avaliar imediatamente quanto é que os seus beneficiários irão receber tendo em conta as comissões cobradas e a taxa de câmbio aplicada. É necessário uma base de dados regional em África para cobrir os principais corredores intra-continetais. A mais recente comparação da base de dados da Remittance Price Worldwide mostra *que os corredores em África estão entre os mais caros do mundo, em particular no caso dos mercados intra-Africanos*. Actualmente, não há informação sobre a maior parte dos corredores intra-continetais em África e a falta de informação pode ser um dos factores que explica os custos muito elevados das remessas, uma vez que os consumidores não conhecem qualquer outra alternativa viável.

38. Como projecto piloto, a base de dados começará com 50 corredores seleccionados, que são considerados importantes em termos de volume, desenvolvimento de mercado e relevância política. A 30 de Junho de 2011, a recolha de dados sobre os custos de remessas da "Send Money Africa" já tinha começado. Já se garantiu um nome de área temporário <http://sendmoneyafrica.worldbank.org> e outros estão reservados para quando a posse da base de dados for transferida à CUA. A informação foi publicada em linha, em Julho de 2011, e inclui 50 corredores cuja lista se encontra no quadro abaixo.

Países remetentes	Países destinatários
Bélgica	RDC, Marrocos
Canadá	Gana, Quénia, Zimbabué
França	Argélia, Marrocos, Côte d'Ivoire, Mali, Senegal, Tunísia
Alemanha	Gana, Marrocos, Nigéria
Senegal	Mali
Itália	Etiópia, Marrocos, Nigéria, Senegal
Quénia	Uganda, Ruanda
Países Baixos	Gana, Marrocos, Nigéria
África do Sul	Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia, Zimbabué
Espanha	Marrocos
Arábia Saudita	Egipto
Tanzânia	Quénia
EAU	Egipto
Reino Unido	Gana, Quénia, Nigéria, Sierra Leone, Somália, África do Sul, Tanzânia, Zimbabué
EUA	Cabo Verde, Etiópia, Gana, Nigéria

39. **Sub-Actividade 2: Conjunto de Estudos e Assistência Técnica pelo Banco Mundial, Agências de Desenvolvimento e Governos em África.**

“Remessas em África: um Conjunto de Estudos e Assistência Técnica”, é um estudo que analisa o trabalho sobre os custos e tendências, o âmbito e a importância das remessas para África, o impacto das novas tecnologias nas remessas, o quadro legal e de regulação que rege os fluxos de remessas e o seu impacto das remessas nas famílias e nas políticas nacionais.

40. Este estudo foi preparado para informar sobre as actividades do IAR. A metodologia utilizada incluiu análises teóricas de relatórios, documentos de política, revistas de investigação, documentos de projectos e literatura académica sobre as remessas em África. Este estudo é um documento “vivo” e será revisto e actualizado periodicamente, reflectindo actividades e tendências em curso e integrando quaisquer novas publicações e relatórios sobre remessas em África. Ao fornecer actividades gerais do Banco Mundial e de outros parceiros de desenvolvimento sobre remessas em África, o documento visa evitar duplicações e ajudar a facilitar a criação do IAR. A 30 de Junho de 2011, o documento foi publicado em inglês (Março de 2011) e será traduzido em francês, árabe e português nos próximos anos.

41. **Actividade 4: realizar a investigação de políticas, diálogo e troca de informações sobre a forma como as remessas podem contribuir para o desenvolvimento dos países africanos:** *Nenhuma actividade específica foi realizada.* No entanto, deve-se registar que o PDA sob o qual o projecto é gerido, estabeleceu diálogo com mais de 25 países africanos. Todos estes compromissos abarcam a formulação e a implementação de políticas para criar as condições necessárias para envolver a Diáspora em actividades de desenvolvimento social e económico, questões financeiras, nomeadamente como compreender melhor o fluxo e a diminuição dos custos de remessas e como é que as remessas podem ser alavancadas para o desenvolvimento ; desenvolvimento do capital humano: como é que os países podem inverter a fuga de cérebros para o ganho de cérebros e envolver-se com as Redes Profissionais da Diáspora e Associações Nacionais para o desenvolvimento económico e social ao nível comunitário. Foi estabelecido diálogo com os seguintes países, através da concessão de subvenções do Fundo do Banco Mundial para o Desenvolvimento das Instituições (FDI), do Fundo Japonês de Desenvolvimento Social (FJDS) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) aos seguintes países: Burkina Faso, República Democrática do Congo, Etiópia, Quênia, Malawi, Mali, Nigéria, Libéria, Sierra Leone, Tanzânia e Uganda. Todas essas intervenções abordam, de certa forma, as condições e políticas adequadas relacionadas com os quadros reguladores referentes aos fluxos e custos de remessas, e funcionam como um primeiro passo no estabelecimento do diálogo sobre a forma como as remessas podem contribuir para o desenvolvimento de África.

42. **Actividade 5: Desenvolver plataformas tecnológicas e de conteúdos para sistemas nacionais de pagamento e liquidação de remessas:** a principal actividade foi o início de um programa sobre a implementação dos Princípios Gerais sobre os Serviços Internacionais de Remessas (PGs) em África. O Banco Mundial e o Comité dos Sistemas de Pagamento e Liquidação do Banco de Pagamentos Internacionais publicou os Princípios Gerais para os Serviços Internacionais de Remessas (PGs) em 2007. Os PGs visa ajudar os países a melhorar os seus mercados de transferência de remessas através da reforma dos principais aspectos

que influenciam a transferência, eficiente e a baixo custo, de dinheiro através das fronteiras (i.e. transparência e protecção dos consumidores, infra-estruturas de sistemas de pagamento, quadro legal e de regulação, condições de mercado competitivas, governação e gestão de riscos).

43. O objectivo principal desta actividade é apoiar os Estados-membros na melhoria dos seus mercados nacionais de remessas através da realização de avaliações de países seleccionados e prestando aconselhamento político e assistência técnica com base nos PGs. A 30 de Junho de 2011, uma equipa internacional visitou o Malawi e a Tanzânia para apresentar às autoridades do país um estudo sobre o mercado de remessas com base nos PGs do CSPL- Banco Mundial e, nesta base, identificar possíveis medidas para melhorar a sua aplicação no país. A equipa teve oportunidade de discutir com várias instituições nos países e reuniu opiniões representativas de diferentes intervenientes sobre a actual situação dos mercados de remessas e das reformas em curso. Os Relatórios Nacionais de cada país apresentaram os resultados da análise com base em padrões e melhores práticas internacionais, e incluem algumas observações que podem servir de base para o início de discussões sobre a melhoria e o desenvolvimento futuro do mercado para o estabelecimento de serviços de remessas no Malawi. Os Relatórios também identificaram algumas das acções chave que podem contribuir para a redução dos custos das transferências de dinheiro de/e para o Malawi e a Tanzânia. Em geral, o seu objectivo é que haja serviços de remessas mais seguros e eficientes no país através da promoção de um mercado que seja competitivo, transparente, acessível e sólido. Estão previstas visitas de avaliação de PGs a mais cinco (5) países no próximo ano fiscal.

44. Actividade 6: Desenvolver parcerias entre os Bancos Centrais Africanos e os Provedores de Serviços de Remessas e as agências correspondentes não-bancárias para melhorar o acesso financeiro: *Não houve nenhuma actividade nesta área.* A equipa de trabalho tenciona colaborar com a AABC para desenvolver cursos de formação e parcerias que envolvam o pessoal do Banco Central e os Provedores de Serviços de Remessas.

45. Actividade 7: Disseminação de dados e de conclusões de investigação: O projecto registou alguns progressos nesta actividade. Na verdade, a maior parte da investigação foi preparada pelo Fórum Consultivo da UA, realizado em Adis Abeba em Julho. O projecto avançou o trabalho de disseminação traduzindo os relatórios nas 4 línguas oficiais da CUA. O projecto também tem um link no site do PDA. O estudo de “Melhores Práticas” sobre a estrutura organizacional do IAR, bem como o conjunto de estudos foram distribuídos no Fórum Consultivo da CUA em que estavam representados países africanos, intervenientes do sector privado, Comunidades Económicas Regionais e organizações internacionais.

46. Igualmente, a Região Africana do Banco Mundial e o BAD financiaram uma série de relatórios que foram publicados recentemente. O relatório principal intitulado “Alavancar a Migração em África: Remessas, Competências e Investimentos” foi publicado em Março de 2011 e representa uma importante fonte de informação juntamente com o documento “A Diáspora para o Desenvolvimento de África. Estes documentos não foram financiados no quadro do projecto mas

estão muito relacionados com o IAR, e serão uma base inicial de conhecimentos para o projecto. Os participantes no Fórum Consultivo de Adis Abeba foram informados desses relatórios e do link para os descarregarem antes, durante e depois do evento. Receberam igualmente uma cópia do resumo do “Comité de Sistemas de Pagamento e Liquidação do Banco Mundial (CSPL) e dos “Princípios Gerais dos Serviços Internacionais de Remessas”.

47. Actividade 8: Criação e acesso, pelos intervenientes, de um Fundo de Investimento com base em Remessas. A equipa trabalhou com a Sociedade Internacional de Finanças (SIF) para avliar a possibilidade de um Fundo de Investimento com base em Remessas denominado Fundo de Investimento da Diáspora Africana (FAID) que visa mobilizar os recursos financeiros da diáspora africana de capitais privados (CP) para apoiar as graves necessidades de desenvolvimento no continente. O FAID procura retornos, para os seus investidores, que sejam geralmente competitivos com os fundos das Acções Privadas. De forma específica, a abordagem FAID é centrada na mobilização do dinheiro da diáspora para o investimento em oportunidades do sector privado (incluindo as parcerias público-privadas) através de um investimento de capitais privados, que até agora não é muito utilizado na mobilização dos investidores da Diáspora como uma classe definida de investidores.

48. No quadro de uma possível diminuição da AOD em termos reais, e da pressão nos principais países da OCDE para diminuir os seus défices orçamentais, o Banco Mundial tem vindo a ajudar os países clientes a identificar novas medidas de financiamento ao desenvolvimento. É sabido que a base de recursos da Diáspora Africana tem sido subutilizada e os países africanos não têm actualmente um mecanismo para, formalmente, aproveitar esta base potencial de investidores para investir no desenvolvimento do continente. É necessário investigar formas de colmatar este défice de mercado e desenvolvê-lo com plataformas adequadas para fazer a intermediação das poupanças da Diáspora em investimentos em África. A estratégia de investimento do FAID irá centrar-se na provisão de capital de crescimento às empresas privadas procurando capital para expandir, entrar em novos mercados ou concedendo financiamento de capitais de desenvolvimento para as PME.

49. As seguintes actividades serão lançadas em Julho – Agosto de 2011:

- (a) Completar uma avaliação inicial das oportunidades de capitais privados em África. Os principais resultados serão: (i) conclusão da avaliação de mercado em termos de necessidades de capitais do sector privado em África, dando especial atenção aos investimentos que preenchem os critérios de CP; (ii) avaliação dos principais sucessos, fracassos e desafios que as empresas existentes de CP enfrentam no seu funcionamento em África; (iii) criar uma base de dados de firmas de CP bem conhecidas em África para se ter uma ideia do montante de financiamento adicional que podem utilizar nos próximos três anos;
- (b) Determinar a potencial disponibilidade de fundos e suas fontes. O principal resultado será: (i) reuniões organizadas com instituições financeiras que

fornecem produtos de investimento e serviços financeiros à Diáspora Africana (visando indivíduos com elevado património líquido versus indivíduos com alto património líquido) e com grupos cívicos (associações, igrejas, etc.) na América do Norte, Europa Ocidental e Médio Oriente que visam a Diáspora Africana para certificar as suas opiniões sobre: (ii) o potencial nível de interesse da Diáspora Africana em investir no FAID, fazendo a distinção entre as partes da Diáspora de curto prazo (1-3 gerações) e as de longo prazo; (iii) a potencial dimensão dos investimentos directamente no FAID, de indivíduos com elevado património líquido contra indivíduos com alto património líquido que investem montantes inferiores (por ex. \$100-500 mil) através de fundos de alimentação; e (iv) os critérios principais que os investidores da Diáspora devem procurar, incluindo limitações em que países (só nacionais vs. pan-Africanos); e

(c) Realizar sensibilização e educação sobre a ideia do FAID. Para além do seu papel fundamental nas actividades de sensibilização, de comercialização e de promoção, a CUA terá um papel catalisador em trazer novos parceiros-chave para apoiar o FAID, nomeadamente: (i) o BAD para mobilizar e conceder subvenções e fundos para o financiamento inicial do FAID; (ii) Governos Africanos: a UA pode levar os principais governos africanos, particularmente com a Diáspora em geral, a disponibilizar fundos compatíveis (possivelmente 5-10 por cento do capital inicial). A lista de países inclui: Senegal, Camarões, Nigéria, Gana, Quénia, Tanzânia, Uganda, África do Sul e outros; e (iii) Comunidades Económicas Regionais: a UA poderá iniciar esforços para permitir a utilização dos correspondentes Bancos de Desenvolvimento e de Investimento das CERs como o Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC) como parceiros para identificar, gerar e gerir investimentos em projectos.

50. A equipa de trabalho do FAID fará reuniões de informação com a UA, Estados-membros da UA, Comunidades Económicas Regionais, BAD e doadores bilaterais. Além disso, as principais organizações da Diáspora organizarão uma série de fóruns locais com a moderna e histórica Diáspora em locais estratégicos na América do Norte e Europa.

51. Actividade 9: Preparar relatórios anuais, conferências e reuniões dos órgãos de decisão

(a) *Relatórios anuais*: a equipa de trabalho preparou este relatório anual para informar a CUA, o BM, a CE e outros parceiros sobre os progressos alcançados quanto aos objectivos de desenvolvimento dos projectos e as actividades específicas realizadas no quadro do projecto. Um relatório semelhante será elaborado no próximo ano relativo ao período que vai de Julho de 2011 a Junho de 2012.

(b) *Conferências*: a equipa de trabalho centrou-se na organização de um FAN nas Maurícias sobre a Alavancagem de Remessas para o Desenvolvimento. O FAN realizar-se-á no primeiro trimestre de 2012. A equipa trabalhou igualmente na facilitação e apoio ao Fórum Consultivo da CUA, realizado em

Adis Abeba, a 7 e 8 de Julho. O principal objectivo deste Fórum foi convocar altos representantes para discutir questões políticas ligadas a remessas, formular recomendações conducentes a um plano de acção concreto para a criação do IAR e partilhar experiências e desenvolver conhecimentos sobre políticas e quadros de regulação para o sector de remessas. Os resultados do evento são um conjunto de recomendações específicas para a criação do Instituto, i. e. a estrutura organizacional geral do Instituto, o local do Instituto, as funções, papéis e financiamento bem como o reforço de capacidades das competentes autoridades dos Estados-membros da UA.

52. **Actividade 10: A Gestão de Projectos**, no ano passado, centrou-se no estabelecimento de parcerias com a CE, CUA, OIM e BAD através da preparação e participação nas reuniões do Comité Director e liderando o trabalho do Comité Técnico. A gestão de projectos exige igualmente tempo para gerir as parcerias internas do Banco Mundial e a administração do Fundo Especial. Mais especificamente, a CET e o seu grupo facilitaram as consultas em linha da CUA (através do contracto com uma empresa etíope de estratégia de comunicação social, a Mango Productions); realizaram consultas em linha com profissionais da área de desenvolvimento; prepararam o Fórum de Julho; e geriram os consultores que trabalhavam em várias actividades no quadro do projecto. Apenas uma parte limitada do tempo deste pessoal foi cobrada directamente ao projecto, a restante ao orçamento do Banco Mundial como sua contribuição ao projecto.

D. Progressos ao nível de resultados

Resultados directos

53. **Resultado directo 1: Facilitar a criação do IAR:** Várias das actividades que já foram implementadas tiveram ou terão um resultado directo na criação do IAR na CUA. Estas actividades incluem: (i) o relatório de melhores práticas e o papel, estrutura institucional e possíveis actividades do IAR; (ii) dois debates em linha com os principais intervenientes do IAR i.e. Estados-membros da UA, remetentes e destinatários de remessas; operadores de transferência de dinheiro, bancos e sector privado; e (iii) o Fórum Consultivo realizado em Adis Abeba de 7-8 de Julho de 2011. Estas três actividades de projecto foram realizadas igualmente no quadro do PDA e das suas relações e interacções com os 25 países da UA. O tema das remessas e a sua alavancagem para o desenvolvimento são fundamentais para todos esses debates do Banco Mundial/PDA/países, na medida em que são úteis para a partilha de informações sobre o IAR e que demonstram que o Banco Mundial e os parceiros de desenvolvimento apoiam o IAR, é uma parte fundamental do Banco Mundial facilitar a CUA na criação da AIR.

54. **Resultado Directo 2: Um número seleccionado de países da UA que recebem remessas devem aumentar o impacto de remessas no desenvolvimento através da aplicação de políticas adequadas.** O projecto tomou várias medidas para ajudar os Estados-membros da União Africana a aumentar o impacto das remessas no desenvolvimento. Na área da partilha de informações, os estudos sobre as melhores práticas e o conjunto de estudos podem e devem ser usados por alguns países. A realização das missões de avaliação dos

PG aos países e a prestação de assistência técnica a esses países para porem em prática as recomendações das avaliações, afectará a aplicação de políticas adequadas de remessas. Este programa tem de ser acelerado em mais de dois países para ter impacto significativo. Os seminários piloto de formação da UPU têm potencial mas deverão ser alargados ou replicados para que possam ter um verdadeiro impacto directo no desenvolvimento.

55. Resultado directo 3: Melhoria da disseminação de dados sobre comissões de remessas nos principais corredores e redução dos custos de transacção de remessas num determinado número de países. Progressos significativos foram realizados com a implementação do Prémio da BPRA, que está na base deste resultado directo. Na verdade, a criação de uma base de dados aborda a questão de acesso à informação sobre as comissões aplicadas às remessas que, muitas vezes, não é transparente para os remetentes. Isto tem um impacto directo na redução de custos.

Contribuições indirectas ao Projecto

56. Melhoria do acesso financeiro e dos produtos/serviços bancários para os remetentes e beneficiários de remessas: a realização de um seminário de formação para os Operadores Postais, de 21 a 23 de Junho em Dakar, em colaboração com a UPU, é o primeiro passo no processo para melhorar o acesso no envio de remessas e outros serviços financeiros úteis aos remetentes e beneficiários. Contudo, são necessários mais seminários, nomeadamente o trabalho com os principais intervenientes e decisores nos sectores financeiro e da banca nos Estados-membros da UA. O Banco Mundial deve emprestar a sua grande experiência nesses sectores e colaborar com o BAD, a AABC e outros grupos influentes para alcançar os resultados previstos a longo prazo.

57. Regimes de regulação que provocam um equilíbrio entre a prevenção de um desvio financeiro e a facilitação de um fluxo de remessas através de canais formais estabelecidos: *Não foi realizada nenhuma actividade de projecto que possa conduzir a este resultado ou conclusão.* Contudo, nos relatórios de avaliação dos PGs para a Tanzânia e o Malawi, são apresentados vários conjuntos de recomendações para a reforma dos quadros legais e de regulação e para a adopção das reformas necessárias. Ambos os países foram informados de que será disponibilizada assistência técnica para apoiar a implementação das reformas sugeridas.

58. Código de Conduta Voluntário implementado para o envio de transferências de valor justo: novos regulamentos e instrumentos desenvolvidos para a Diáspora: *Não foi realizada nenhuma actividade de projecto que pudesse alcançar este resultado ou conclusão.* Convém notar que as missões de avaliação dos PGs à Tanzânia e ao Malawi, fizeram recomendações sobre a adopção de códigos de conduta para os Operadores de Serviços de Remessas, nos relatórios confidenciais aos respectivos governos. Ambos os países foram informados de que haverá assistência técnica para apoiar a implementação dessas recomendações no quadro do projecto.

59. **Emissão de obrigações da Diáspora, e titularização de remessas para o acesso aos créditos/empréstimos dos mercados financeiros globais:** *Não foi realizada nenhuma actividade de projecto que pudesse chegar a este resultado ou conclusão.*

60. **Criado o Fundo de Investimento com base em Remessas e seu acesso por parte dos intervenientes, entre outros.** A equipa de trabalho tem vindo a trabalhar em estreita colaboração com a SIF sobre a viabilidade da criação de um FAID. Os detalhes desta actividade estão nos parágrafos 46-49. Este é um primeiro passo na contribuição de um fundo de investimentos com base em remessas.

E. Progressos na execução do Fundo Especial

61. Quanto à execução do Fundo Especial, o projecto está atrasado. De notar que o projecto foi lançado seis meses depois da assinatura do Acordo Administrativo entre o Banco Mundial e a CE. Estes seis meses foram necessários para garantir a total apropriação da CUA e dos outros parceiros. *A data limite do Fundo Especial é Abril de 2012. Será feito um pedido para a extensão da data limite para Dezembro de 2012.* De notar, igualmente, que as actividades lançadas nos últimos seis meses com os Estados-membros da UA foram concebidas como pilotos para serem replicadas num período mais alargado no próximo ano.

F. Áreas essenciais para a conclusão do projecto: Abril de 2012

62. Há 3 grandes áreas importantes entre Julho de 2011 e Abril de 2012 quando o Fundo Especial for concluído: (a) recomendações emergentes do Fórum de Consultas da CUA realizado a 7 e 8 de Julho de 2011; (b) replicação dos projectos piloto lançados no ano fiscal de 2011 e para os quais foram assumidos compromissos financeiros; e (c) actividades que actualmente estão incluídas na descrição de projectos mas sobre as quais não foi iniciado nenhum trabalho.

63. *Recomendações do Fórum Consultivo da CUA:* todas as actividades previstas estão em conformidade com a facilitação do estabelecimento do IAR pela CUA. Estão previstas as seguintes actividades:

- (i) A elaboração de um relatório final sobre o papel, a estrutura institucional e as actividades do IAR;
- (ii) Debates em linha. A empresa de consultoria preparará um relatório final que será traduzido e distribuído aos Estados-membros antes da reunião dos ministros da UA em Abril de 2012;
- (iii) Apoiar o Secretariado do IAR a preparar as reuniões do Comité Director e a reunião ministerial de Abril de 2012; e
- (iv) Outras recomendações que sejam exequíveis no curto prazo disponível.

64. *Replicação de projectos piloto lançados no ano fiscal de 2011:* estão previstas as seguintes actividades:

- (i) Seminários para os Operadores Postais da UPU: melhorar a qualidade desses seminários com base nas reacções do projecto piloto de Dakar, Senegal, e fazer a sua apresentação em todo o continente. Actualmente, estão previstos seminários em mais cinco (5) países, i.e. Gana, Libéria, Nigéria, Tanzânia e Uganda.
- (ii) Serão realizadas, conjuntamente com a UPU e operadores postais, avaliações de riscos para dar orientações a operadores postais sobre a forma de gerir os riscos dos serviços de remessas, provavelmente em cinco (5) países i.e. Gabão, Gana, Quênia, Libéria, e Nigéria.
- (iii) Implementação dos PGs em África. Para além dos projectos piloto na Tanzânia e no Malawi, o programa será provavelmente alargado a mais cinco (5) países, i.e. Benim, Etiópia, Libéria, Moçambique e Sierra Leone.
- (iv) Conjunto de estudos sobre remessas: é um documento dinâmico e será actualizado no próximo ano e traduzido nas outras três línguas oficiais da CUA (Francês, Árabe e Português).
- (v) Foi lançado a BPRA, denominada "Send Money Africa". A ideia é actualizar os dados todos os meses até ao fim do projecto, em Junho de 2012.

65. *Actividades incluídas na descrição do projecto mas sobre a qual nenhuma actividade foi realizada.* Estão previstas as seguintes actividades:

- (i) Prestar assistência técnica às instituições do governo criando os necessários quadros de regulação.
- (ii) Realizar investigação política, diálogo e partilha de informações sobre a forma como as remessas podem contribuir para o desenvolvimento dos países africanos.
- (iii) Desenvolver parcerias entre os Bancos Centrais Africanos e os provedores de serviços de remessas e as agências correspondentes não-bancárias para melhorar o acesso financeiro.
- (iv) Disseminar dados e conclusões de investigação.

66. A equipa de trabalho do Banco Mundial dependerá dos seus parceiros internos e externos para assistir na implementação do seu grande programa. O Banco Mundial também vai assistir o Instituto de Políticas de Migração (IPM), um grupo de reflexão sediado em Washington DC e que se concentra nas políticas de migração e de remessas. Mesmo com as melhores intenções e boa vontade, este programa é muito ambicioso para ser implementado no prazo de 10 meses (até Abril de 2012) e com os recursos disponíveis no quadro do Fundo Especial. Isto requer um debate estratégico fundamental no seio do Comité Director e para o efeito foi programada uma reunião em Setembro de 2011.

G. Considerações após a conclusão do projecto

67. Há uma série de orientações para o projecto mesmo depois da sua conclusão. Tendo em conta o atraso de seis meses no início das suas actividades, é evidente que seria bom que se alargasse a data limite até Dezembro de 2012. A CE, o Banco Mundial e os parceiros devem anotar o seguinte:

- (i) Embora actualmente se preveja que os Estados-membros da UA aproveem a criação do IAR numa reunião ministerial em Abril de 2012, isto é apenas o início. Será necessário um processo pluri-disciplinar para reforçar as capacidades do IAR para desempenhar as suas funções. Parte desse trabalho pode ser iniciado apoiando o Secretariado provisório do IAR, mas serão necessários mais esforços sustentáveis mesmo depois de Dezembro de 2012.
- (ii) Igualmente, se não de maior importância, é o apoio ao trabalho que está a ser iniciado no quadro do projecto nos Estados-membros da UA. Estas actividades específicas dos países requerem o devido apoio e são essenciais para o papel que o IAR (na CUA) deverá desempenhar no continente. Por outras palavras, a força do IAR terá de vir dos Estados-membros da CUA, que devem estar em condições de dispensar o capital humano e financeiro ao IAR.
- (iii) Alavancar remessas para o desenvolvimento é um objectivo-chave. O trabalho do IAR e do proposto FAID são importantes, mas dependendo daquilo que a Diáspora quer ver e fazer com as suas remessas. No primeiro caso, muitos remetentes de remessas podem estar mais interessados nas necessidades imediatas de consumo das suas famílias e comunidades do que no objectivo mais vasto de “desenvolvimento do país”. As consultas em linha são um bom princípio para se obter as opiniões dos remetentes e dos beneficiários de remessas, mas é necessário mais esforço para penetrar nas comunidades de imigrantes africanos na Europa, América do Norte, Golfo e Austrália para melhor compreender onde é que querem que o seu dinheiro (remessas e poupanças) vá, se não for directamente para as suas famílias. Este trabalho com a Diáspora de 54 países africanos precisa de apoio, mesmo que seja só para contrariar os preconceitos existentes de se falar quase exclusivamente com o governo e as instituições do governo, sobre o dinheiro que não lhes pretence.

2012

Report of the Commission on preparatory project for the establishment of an African institute for remittances (Air)

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4726>

Downloaded from African Union Common Repository